

PRIVATIZAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO CAUSARÁ TARIFAÇO

Mudança no marco regulatório do setor proposta pelo Ministério de Minas e Energia (MME) causará aumento drástico das tarifas

PÁGINA 8



Reforma trabalhista: retrocesso social

Texto autoriza a celebração de acordos que reduzem o nível de proteção ao trabalho e emprego

Página 3

IV SOS Brasil Soberano discute país para 2035



Evento foi realizado nos dias 13 e 14 de julho Págs. 4 e 5

ARTIGO

"O mercado sequestra as nações", critica advogado Jorge Folena Pág.7

TKCSA

Relatório compila violações de direitos cometidos pela empresa Pág.6

APAGÃO NO GOVERNO TEMER

A situação do governo Temer se agrava a cada dia que passa. São as contas do governo que não fecham, mas pelo contrário ele é obrigado a aumentá-las para satisfazer o apetite fisiológico dos deputados às vésperas da votação do processo de admissibilidade de denúncia de corrupção contra ele feita pela própria PGR. Há uma divisão na equipe econômica, mas ainda com Meirelles como homem de confiança do mercado e czar da economia. Impostos estão sendo aumentados, mas questionados pela justiça, além do desemprego em alta sem dar nenhum sinal de reversão.

Com tudo isto posto na balança é possível prever um final para esta triste situação em que vive o país? Para que se possa especular sobre o que vai acontecer é preciso que se tenha em mente que o governo Temer promoveu o maior desmonte de direitos dos trabalhadores e planeja todo um profundo desmantelamento do setor estatal de energia. Não se via nada parecido em décadas. Tudo isto era o que as forças que estão atualmente no poder queriam e nunca tinham conseguido. Se por um lado ele é um desastre para governar, por outro lado ele tem sido de muita utilidade para as forças do mercado, principalmente para o sistema financeiro. Sua permanência ou sua saída, em última instância vai depender deste saldo de utilidade aos poderosos versus as perdas e danos causados à condução do processo político. Somente um ator poderia desequilibrar esta situação: a entrada em cena de forte movimento dos trabalhadores.

As Reformas Trabalhista e da Previdência e a “Insegurança Jurídica”

ANTONIO GERSON

Me impressiona como a maioria dos deputados e senadores não querem enxergar além do seu próprio umbigo e estão sempre muito mais preocupados com resultados imediatos. As reformas trabalhista e da previdência, que o governo Temer “TEMERariamente” e seus aliados querem aprovar de qualquer maneira, prejudicando ainda mais os trabalhadores que já estão com seus salários reduzidos ou sem salários por conta do desemprego ou de atrasos no pagamento, têm a desaprovação, assim como o próprio governo, de gigantesca maioria da população. Caso consigam colocá-la em vigor, aqueles que votarem pela sua aprovação estarão marcados e terão grandes dificuldades para conseguir reeleição.

Além disso, nas próximas eleições, o candidato à presidência que assumir o

compromisso de desfazer o que eventualmente for aprovado agora certamente terá grande chance de ser eleito.

No discurso, os políticos costumam sempre utilizar como justificativa para a resistência dos empresários em retomar investimentos a “insegurança jurídica”. Contraditoriamente, entretanto,

os que defendem essas reformas estão criando exatamente o clima de insegurança que hoje se verifica. Preocupados somente com seus próprios interes-

ses e em agradar os empresários que bancam suas campanhas e apostando ainda nas benesses que o governo promete dar para conquistar seus votos. É sempre bom lembrar: amanhã será outro dia e nós não vamos nos esquecer daqueles que nos prejudicam.

Nas próximas eleições, o candidato à presidência que assumir o compromisso de desfazer o que eventualmente for aprovado agora certamente terá grande chance de ser eleito.

* ANTONIO GERSON é engenheiro e ex-presidente do SENGE Rio.



SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 277 - grupos 801 - 8º and. e 1.703 - 17º and.
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20040-009
Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Endereço: www.sengerj.org.br
Correio eletrônico: informe@sengerj2.org.br
comunicacao@sengerj2.org.br

PRESIDENTE
Olimpio Alves dos Santos

DIRETORIA COLEGIADA
Agamenon Rodrigues E. Oliveira, Carlos Alberto da Cruz, Clayton Guimarães do Vabo, Clovis Francisco do Nascimento Filho, Eduardo Ramos Duarte, Fernando de Carvalho Turino, Flávio Ribeiro Ramos, Gunter de Moura Angelkorte, Herminio de Aguiar Caldeira, Jorge Antônio da Silva, Jorge Mendes Vieira de Carvalho, Jorge Saraiva da Rocha, Julio César Arruda de Carvalho, Luiz Antonio Cosenza, Marco Antônio Barbosa, Maria Virgínia Martins Brandão, Miguel Santos Leite Sampaio, Nei Rodrigues Beserra, Paulo Cesar Nayfeld Granja, Roberto Ricardo de Araújo Góes, Vera Bacelar Cantanhede de Sá, Victor Marchesini Ferreira

COLETIVO DE COMUNICAÇÃO
Agamenon Rodrigues E. Oliveira, Jorge Saraiva da Rocha, Miguel Santos Leite Sampaio e Victor Marchesini Ferreira

CONSELHO FISCAL
Efetivo: José Stelberto Porto Soares, Paulo César Quintanilha, Sônia da Costa Rodrigues
Suplente: Antônio Carlos Alvares Grillo

JORNAL DO ENGENHEIRO

Editora e jornalista responsável:
Katarine Flor (Reg. Prof. 312821)

Repórter: Marcelle Pacheco

Diagramação: Leonardo Santos

Revisão: NPC

E-mail: comunicacao@sengerj2.org.br

Tiragem: 2.500 exemplares

Periodicidade: Mensal

Impressão: Folha Dirigida

Reforma trabalhista, prevalência do negociado sobre o legislado e retrocesso social

O texto autoriza a celebração de acordos que reduzem o nível de proteção ao trabalho e ao emprego a patamares inferiores àqueles dispostos na legislação

A Constituição da República e a legislação trabalhista brasileira constituem um mínimo ético e civilizatório para o capitalismo nacional. A negociação coletiva entre sindicatos e empregadores não serve ao rebaixamento dessa fronteira.

Ao contrário, os acordos e as convenções coletivas de trabalho devem visar à melhoria da condição social da classe trabalhadora. É o princípio do não retrocesso, previsto no caput do artigo 7º da Constituição.

Entretanto, a Congresso Nacional pretende retirar as amarras que impedem o capital brasileiro de intensificar a exploração da classe trabalhadora. Na madrugada do dia 27 de abril de 2017, o Plenário da Câmara dos Deputados aprovou o texto do projeto de lei da reforma trabalhista (PL 6.787/16, do Poder Executivo).

Dentre as mais de uma centena de alterações à CLT, o texto aprovado autoriza a celebração de acordos e convenções coletivas de trabalho que reduzem o nível de proteção ao trabalho e ao emprego a patamares inferiores àqueles dispostos na legislação trabalhista, sem qualquer contrapartida à categoria afetada, contrariando o princípio do não retrocesso e fazendo letra morta do texto constitucional.

O cenário desenhado pela Câmara dos Deputados, no dia 27 de abril, é especialmente preocupante num país como o Brasil, que mantém uma cultura empresarial marcadamente escravocrata, como revelam os inúmeros casos de trabalho escravo e análogo ao escravo identificados em todo o país, no campo e nas cidades.

Ressalte-se que esses trabalhadores, em sua imensa maioria, estão ligados a empresas por vínculos



Foto: José Cruz/Agência Brasil

extremamente precários, os quais os mentores da reforma trabalhista pretendem generalizar para toda a classe trabalhadora.

Nesse sentido, o projeto da reforma trabalhista contraria, frontalmente, os objetivos fundamentais da República brasileira, que deve servir de norte para toda a produção legislativa nacional, em todas as esferas de poder. Impede a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, recusando a função social da propriedade privada, que não está autorizada a se concentrar exclusivamente na geração de lucro, em detrimento do componente humano do processo produtivo.

Segue na contramão, também, da erradicação da pobreza e da marginalização, bem como agrava as desigualdades sociais e regionais. A reforma trabalhista tem o firme propósito de reduzir os custos empresariais com a mão de obra. Deixa de considerar, porém, que o custo da mão de obra, no Brasil, já está entre os mais baixos do planeta, conforme dados de 2012, obtidos por Jorge Luiz Souto Maior.

Um direito do trabalho federal assegura um mínimo de uniformidade na proteção legal conferida ao trabalhador em todo o território nacional. Com a retirada daquele mínimo ético e civilizatório do capitalismo nacional, regiões cujas

condições de trabalho são as mais frágeis tendem a sofrer maiores gravames, pois os sindicatos, enfraquecidos, não terão condições de resistir à investida patronal.

Haverá leilões em todas as regiões do país e a vencedora será aquela que conseguir rebaixar o nível de proteção do trabalho e do trabalhador mais aquém dos patamares mínimos estipulados na legislação trabalhista. A região em que alcançado o maior nível de precariedade inevitavelmente atrairá os “investimentos” e gerará mais “empregos”.

Enfim, contraria o objetivo de promoção do bem de todos. A classe trabalhadora será claramente prejudicada. A reforma trabalhista achatará salários, reduzindo o acesso da população a bens e serviços essenciais para a sua sobrevivência digna; ampliará jornadas de trabalho, impedindo a construção de uma vida plena também fora da relação de trabalho; inflacionará o número de acidentes e de adoecimentos no trabalho, e gerará mais mortes por causas ligadas às atividades laborais.

Os lucros da atividade empresarial serão cada vez mais privatizados, pois não haverá o compartilhamento adequado entre o capital e o trabalho, mas os custos da reforma trabalhista serão socializados e recairão exclusivamente sobre os ombros da classe trabalhadora brasileira.

A prevalência do negociado sobre o legislado, conforme disposta no texto do projeto de reforma trabalhista aprovado pela Câmara de Deputados, com o propósito escancarado de suprimir direitos da classe trabalhadora, sem qualquer tipo de salvaguarda que permita aos trabalhadores resistirem contra as investidas do patronato, é francamente inconstitucional, pois contraria os objetivos da República brasileira e promove o retrocesso social, e constitui, a rigor, um desprestígio à negociação coletiva entre empregados e empregadores, e aos acordos e às convenções coletivas de trabalho.

Garantir a manutenção das condições de trabalho previamente negociadas entre sindicatos e empregadores, até que outro acordo ou convenção coletiva de trabalho seja firmada, é uma forma de prestigiar esses instrumentos normativos e minimizar os impactos da reforma trabalhista sobre a classe trabalhadora.

Os patrões seriam instados a efetivamente negociar e tratar ponto a ponto as cláusulas já escritas, as conquistas já obtidas. Os trabalhadores teriam ao seu dispor um instrumento de resistência ao desmonte da legislação social. Haveria equilíbrio na negociação. Da forma como aprovado o texto da reforma trabalhista, bastaria ao empregador manter-se inerte na mesa de negociação para que décadas de conquistas sociais obtidas pela classe trabalhadora sejam esvaziadas.

As tendências observadas no Poder Legislativo contrariam a opinião majoritária da sociedade, no sentido de que as proteções ao trabalho e aos trabalhadores deveriam ser reforçadas na atual conjuntura. Em tempos de crise econômica, política e institucional, qualquer alteração de tamanha abrangência, que implique a ampliação do quadro de desproteção, deveria, quando menos, submeter-se ao crivo do mais amplo debate público e das maiorias democráticas.

Por Pedro Mahin Araujo Trindade e João Gabriel Pimentel Lopes, Bacharel em Direito, especialista em Direito Material e Processual e bacharel em Direito.

O Brasil em 2035

IV Simpósio SOS Brasil Soberano, realizado em Curitiba nos dias 13 e 14 de julho, discutiu um projeto de país para o ano de 2035 e propostas para sair da crise política e econômica

Sob o frio da manhã na cidade de Curitiba (PR), o presidente do SENGE Rio, Olímpio Alves dos Santos, foi um dos participantes da mesa de abertura do IV Simpósio SOS Brasil Soberano, realizado no dia 14 de julho, no auditório da Universidade Positivo. Olímpio destacou o período político e econômico que o país vive e defendeu a importância de entender este momento para ter a capacidade de se organizar e lutar.

“No Brasil, ainda não conseguimos derrotar uma oligarquia que impede que possamos nos tornar uma nação soberana. Temos este desafio pela frente”, defendeu o presidente.

Também participaram da mesa de abertura o presidente da Fisenge e vice-presidente do SENGE Rio, Clovis Nascimento; o presidente do SENGE-PR, Carlos Bittencourt; o presidente do CREA-PR, Joel Kruger; e o presidente da APP Sindicato, Hermes Silva Leão. O professor e coordenador do projeto, Francisco Teixeira, também participou da cerimônia de abertura.

A história ensina

Mais de 21 mil pessoas foram assassinadas durante a Guerra do Contestado, que aconteceu entre 1912 e 1916 nos estados de Santa Catarina e do Paraná. O fato histórico foi lembrado pelo professor Hermes Silva Leão, presidente da APP Sindicato (Sindicato dos Trabalhadores da Educação Pública do Paraná) para fazer uma relação com o momento em que o Brasil vive atualmente. Segundo ele, a pauta não mudou: a tentativa de entrega das riquezas nacionais para o capital estrangeiro.

“Esse governo de Michel Temer poderia ser o retrato do grupo que protagonizou a tragédia da Guerra do Contestado. É o retrato da entrega, da criminalização do povo. A história nos ensina a luta necessária. O golpismo ainda é uma marca muito forte nessa nação”, explicou Hermes.

Foto: Giorgia Prates



“No Brasil, ainda não conseguimos derrotar uma oligarquia que impede que possamos nos tornar uma nação soberana”

OLÍMPIO ALVES DOS SANTOS
Presidente do SENGE Rio

Resistência

“Curitiba tem muita resistência. O Brasil todo acompanhou a luta dos professores e funcionários do estado, professores e servidores do município. Foi uma forte resistência, até contra a repressão policial com violência. Curitiba também teve o maior número de ocupações das escolas contra a reforma do ensino médio. É uma semana muito difícil para todos nós por conta da aprovação da Reforma Trabalhista. É um golpe nos direitos de todos os trabalhadores. Além disso, a condenação sem provas de Lula mostrou a face do golpe: colocar os trabalhadores do Brasil em um estado de exploração muito grande”, criticou o presidente do SENGE-PR, Carlos Bittencourt.

Condenação de Lula

“Tinham que tirar o foco da Reforma Trabalhista que não tem precedentes. Nem a Margaret Thatcher (ex-primeira ministra do Reino Unido

que era conhecida como “A Bruxa” e implementou uma agenda neoliberal intensa que prejudicou os trabalhadores do país), nem o Pinochet (ditador chileno que derrubou o governo Salvador Allende) conseguiram fazer algo tão destruidor. A condenação de Lula é uma aberração, condenar alguém sem provas. Nós vamos para as ruas ao lado de quem quer o Brasil dos brasileiros. Nós continuaremos a resistência”, defendeu o presidente da Fisenge, Clovis Nascimento.

Origem do projeto

“É preciso uma compreensão mais macro do que estava acontecendo no país. Não se tratava apenas de tirar uma presidenta sem crime. Se tratava de mudar a condição de país. Transformaram o estatuto desse país, que vinha se colocando como uma das grandes potências do mundo, em uma nação subalterna. Demoliram os setores estratégicos. O

Brasil é um país onde os CNPJs são destruídos e os CPFs são preservados”, afirmou o coordenador do SOS Brasil Soberano, Francisco Teixeira.

Professora Marlene de Fávéri critica o movimento “Escola Sem Partido”

Marlene foi processada por uma ex-aluna e orientanda no mestrado por “doutrinação ideológica”

No dia 13 de junho de 2016, a vida da professora universitária Marlene de Fávéri virou de cabeça para baixo. Com uma trajetória reconhecida nacional e internacionalmente nos estudos de gênero e feminismo, a historiadora e professora do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) foi processada por uma ex-aluna e orientanda no mestrado, sob o argumento de perseguição religiosa e doutrinação ideológica.

O processo foi movido duas sema-

Foto: Giorgia Prates



“Eu virei o centro das atenções na questão da Escola Sem Partido e da liberdade. O processo me constrangeu, mas também me fortaleceu

MARLENE DE FÁVERI
Professora universitária

nas depois que a aluna foi reprovada no mestrado. De Fáveri, no entanto, já não era mais orientadora dela, após a estudante afirmar que não acreditava no projeto que estava escrevendo e que fazia apenas pelo diploma. O estudo que era desenvolvido tinha como tema feminicídio e a professora ministrava a disciplina “História e Relações de Gênero”. A aluna, por outro lado, afirmava ser “antifeminista” e defendia, nas redes sociais, pautas conservadoras que não corroboravam com a pesquisa e a disciplina estudadas.

Ao descobrir que a orientanda publicava nas redes sociais conteúdos que desqualificavam o campo de estudo, a professora a chamou para conversar e, após o diálogo, decidiu interromper a orientação. “Minha decisão irrevogável de abrir mão da orientação da mestrande se justifica devido à incompatibilidade do ponto de vista teórico-metodológico com relação à abordagem do tema quando de seu ingresso, incompatibilidade esta expressa em vídeo difundido por mídias eletrônicas, de acesso público, onde manifesta concepções, do ponto de vista acadêmico, que ferem a disciplina que ora ministro e, por extensão, a linha de pesquisa do programa de Pós-graduação em História”, justifica a professora no documento que formaliza sua solicitação de substituição ao colegiado. O pedido foi aceito.

“Eu virei o centro das atenções na questão da Escola Sem Partido e da liberdade. O processo me constrangeu, mas também me fortaleceu. Estou sendo julgada, não por um crime, mas por um discurso. No entanto, o discurso é o que temos de mais livre. Minha luta é pela defesa da democracia, da liberdade, da educação, da cátedra, do nosso lugar como professoras e professores”, defende Marlene De Fáveri.

A professora afirma ser veementemente contra o Projeto Escola Sem Partido. Segundo ela, é na escola onde surgem as questões de racismo, machismo, violência e desigualdade. Por isso, ela acredita que é impossível simplesmente ignorar essas questões e implementar um sistema educacional que não ensina a pensar.

“Gênero e feminismo são questões políticas e não podemos deixar de lutar. O meu feminismo é pela luta dos

direitos das mulheres, para uma mulher ser eleita e ser mantida no cargo. O golpe que derrubou Dilma Rousseff foi machista, misógino. É contra todas nós, é contra a educação. Não sou vítima. Vítimas somos todos nós, que eles querem calar, neutralizar o ensino, para que não tenha mais uma sociedade crítica. Não à escola sem partido, sim à liberdade de cátedra, à democracia, à liberdade e à justiça social”, afirma a professora, emocionando a plateia do Simpósio.

Soberania em Debate inicia o IV SOS Brasil Soberano, em Curitiba

A profunda crise que o Brasil vive, as recentes aprovação da Reforma Trabalhista pelo Senado e a condenação do ex-presidente Lula na Operação Lava-Jato. Esses foram os principais temas abordados pelos participantes do Soberania em Debate, roda de conversas que inicia o simpósio SOS Brasil Soberano.

Nesta edição, realizada no dia 13 de julho, a jornalista da Fisenge, Camilla Marins, recebeu o jornalista Rogério Galindo, o economista e professor Nilson Maciel de Paula, e a historiadora e também professora Kátia Baggio.

“O que estamos vendo é o desmonte do estado como rede de proteção em momentos de crise. Isso está sendo falado abertamente. Usar a receita do estado mínimo como a forma para o país voltar a crescer. O Brasil não é o único país do mundo a passar por uma crise, mas precisa entender que as bases democráticas não podem ser destruídas. E foi justamente isso que aconteceu com o golpe”, afirmou o economista Nilson Maciel de Paula.

O impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, trouxe instabilidade na política e na economia. O ilegítimo Michel Temer, atendendo às demandas do mercado financeiro, vem aprovando “reformas” que aumentarão a desigualdade, a pobreza e o desemprego. É o que mostram os estudos realizados pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

“Há um engodo embutido nisso no caminho que a política econômica está indo para superar a crise. A complexidade da crise envolve outros aspectos: sociedade esgarçada, fragmentada, que está indo na direção do empobrecimento”, lamenta o economista.

Financiadores do golpe

A historiadora Kátia Baggio apresentou os dados de sua pesquisa que revelam o financiamento de grupos neoliberais brasileiros, como o Estudantes Pela Liberdade e o Movimento Brasil Livre, por entidades americanas. Uma delas, a Atlas Networking, possui mais de 460 organizações parceiras em mais de 90 países. Destas, 12 estão no Brasil. Segundo Baggio, essas entidades tiveram forte atuação no processo que levou ao impeachment de Dilma Rousseff, em 2016.

“Entre 2012 e 2016, a receita do Estudantes Pela Liberdade cresceu mais de 10 vezes. Para mim, é muito evidente que esses recursos foram usados para formar grupos liberais como também para sustentar os protestos pro impeachment, porque o MBL tem um laço estreito com a

Atlas e com a Students For Liberty. Há uma grande articulação do capital financeiro que banca estas instituições e que fortalecem essas organizações para desestabilizar governos que defendem o estado de bem-estar”, critica a historiadora.

“Não tenho dúvidas de que esse golpe tem relação com os projetos dos governos Lula e Dilma em relação aos BRICS, ao comércio na Ásia, na relação Sul-Sul. Foram fatores que incomodaram outros países. Ainda não conseguimos mapear completamente isso, mas eu como historiadora acredito que muito do que nós vivemos nos últimos anos será revelado.”

Perspectivas de futuro

Com críticas contundentes à política escolhida pelo governo ilegítimo de Michel Temer com a justificativa de tentar superar a crise, os participantes do Soberania em Debate afirmaram unânimes que a saída para a crise é buscar um caminho de país soberano. “Precisamos nos encontrar na ideia de um projeto de nação, que não é só econômico. Parece que esquecemos que além dos números do PIB, câmbio, taxa de juros, a gente tem a Amazônia, o Nordeste, mais de 8 milhões de km² de extensão territorial. Temos muitas outras coisas e o Brasil não é um negócio, um número. O Brasil são pessoas, uma nação, uma comunidade”, criticou o jornalista Rogério Galindo.

“O Brasil precisa recuperar uma geopolítica que estabeleça parcerias e se aproxime de países com os quais possa haver cooperação. Não se trata apenas de criar mercado, mas de criar um arranjo contra-hegemônico, como o BRICS. Ao se concentrar em uma relação com as economias centrais, estaremos participando muito mais com uma submissão em uma agenda já estabelecida, porque esses países são protecionistas estrategicamente. Precisamos fazer política externa não apenas para sermos obedientes de uma receita do terreno homogêneo, com a ideia de que todos nós estamos na mesma posição para competir. Os chineses não chegaram onde chegaram fazendo livre-comércio. O Brasil precisa fazer esse ajuste. Não fazemos política econômica guiada apenas pela austeridade”, defendeu Nilson Maciel.

Relatório compila violações de direitos cometidas pela TKCSA

Foto: André Mantelli/Agência Brasil

Publicação compila diversas denúncias e destrincha o passivo socioambiental causado pela siderúrgica instalada em 2007, em Santa Cruz, bairro da Zona Oeste do município Rio de Janeiro

Fonte: PACS

Foi lançado, no dia 26 de junho, o relatório *Violações de direitos humanos na siderurgia: o caso TKCSA – ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico*. A publicação compila diversas denúncias e destrincha o passivo socioambiental causado pela siderúrgica instalada em 2007, em Santa Cruz, bairro da Zona Oeste do município Rio de Janeiro. A publicação foi produzida pelo Instituto Pacs e pela Justiça Global a partir de pesquisa de campo realizada entre novembro de 2016 e março deste ano.

Margarete dos Reis, moradora da região, denunciou durante o lançamento a piora crescente dos casos de adoecimento e lembrou o descompromisso da empresa junto à população do entorno. “Na época [da instalação da empresa] eu tive a oportunidade de ir até lá e o diretor da TKCSA disse que a chuva de prata [lançamento de partículas poluentes no ar] era um mal menor, como se fosse um bolo que às vezes a gente faz e transborda”, indignou-se. “Desde então, eles não deram nenhum retorno para os moradores e pescadores”, completou. Flávio Rocha, estudante e também morador da região, questionou o fato de a siderúrgica se instalar num bairro onde a maior parte da população é negra: “Isso é racismo. Não é à toa”, defendeu.

Gabriel Strautman, coordenador-adjunto do Instituto Pacs, explica que o documento traz quatro denúncias principais: o descumprimento da legislação ambiental, a interrupção da



Atualmente, mais de 300 moradores/as lutam por justiça, por meio de ações judiciais movidas pela Defensoria Pública

pesca artesanal, os danos à saúde dos/as moradores/as que vivem no entorno da siderúrgica e as violações de direitos civis e políticos de pessoas e coletivos que resistem e denunciam as violações causadas pelo empreendimento.

Atualmente, mais de 300 moradores/as lutam por justiça, por meio de ações judiciais movidas pela Defensoria Pública. Segundo o Defensor Público Cristiano Paiva, que acompanha as ações, a falta de estrutura dificulta uma atuação mais célere da justiça frente a “atores com alto poder econômico”. De acordo com ele, a falta de uma perícia técnica isenta que busque estabelecer o nexo causal entre o crescente adoecimento e a poluição causada pela siderúrgica ou que permita mensurar os danos causados pelas enchentes ocasionadas pela instalação do empreendimento é o principal impedimento para o andamento dos processos. Além de depoimentos de moradores e pescadores, revisão a documentos e consulta bibliográfica sobre o tema, o Relatório traz 21 recomendações ao

Judiciário, Inea, Governo do Estado, BNDES, Ministério Público, Defensoria e Secretaria Municipal de Saúde visando a garantia dos direitos e a reparação aos atingidos.

EMPRESAS E DIREITOS HUMANOS

Para Melisandra Trentin, da Justiça Global, o caso TKCSA está dentro de um contexto social e político de permissividade no qual empreendimentos com alto impacto na natureza e nas comunidades – como siderúrgicas e portos – se instalam e funcionam nos países do sul global a despeito da legislação ambiental e de qualquer responsabilização do Estado. Tal situação caracteriza o que ela chama de “arquitetura da impunidade corporativa”.

Segundo explicou Melisandra, buscando reagir a esse contexto, a ONU aprovou, em junho de 2011, os Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos elaborados pelo Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas, John Ruggie. Os princípios se baseiam

em três parâmetros: a obrigação dos Estados de proteger os direitos humanos, a obrigação das empresas de respeitá-los e a necessidade de que existam recursos adequados e eficazes para repararem casos de descumprimento destes direitos pelas empresas.

JUSTIÇA

Em fevereiro deste ano, a insegurança dos/as moradores e pescadores de Santa Cruz tornou-se ainda maior após o anúncio da venda da siderúrgica para o grupo Ternium. “Agora é que a gente não sabe mesmo como fica a nossa situação”, declarou Regina. O defensor público Cristiano Paiva ressaltou, porém, que a venda da empresa não a exime da responsabilidade legal nas reparações. “O legado da justiça no caso TKCSA é uma vitória não só para os moradores diretamente impactados mas para o país todo porque pode abrir um precedente interessante no sentido de fortalecer a legislação ambiental”, completou Gabriel.

Sequestro das nações pelo Capital

"Para alcançar seus objetivos, o mercado sequestra as nações e, por intermédio das grandes empresas de comunicação, manipula a informação e impõe crises econômicas."

Por Jorge Rubem Folena de Oliveira
Cientista político

O jornalista Andy Robinson, em seu livro "Um repórter na montanha mágica" (Editora Apicuri, 2015), revela de que forma os integrantes do exclusivo clube dos ricos de verdade comandam a política universal, a partir da gelada Davos, e patrocinam a destruição de nações inteiras para alcançar seus objetivos econômicos particulares.

Muito antes que alguns cientistas sociais cunhassem a expressão "tropa de choque dos banqueiros", ao se referirem ao grupo considerado como classe média, Robinson desvendou como aquele menos de um por cento da população universal manipula sem qualquer piedade os outros noventa e nove por cento, inclusive promovendo ações sociais de suposta bondade, que contribuem para aumentar e perpetuar a miséria entre os povos.

Ao falar sobre as mencionadas ações caritativas, patrocinadas por bilionários como Bill Gates e o roqueiro Bono da banda U2, Slavoj Zizek rotulou seus realizadores de "comunistas liberais", que manipulam organizações não governamentais (ONGs) "sem fron-

teiras", que apregoam trabalhar para combater a fome, doenças, desmatamentos florestais, exploração infantil, abusos contra mulheres etc., em países pobres da África, Ásia e América Latina.

Na obra "Violência, seis notas à margem" (Relógio D'Água Editores, 2009), Zizek diz que "os comunistas liberais são pragmáticos. Odeiam as abordagens doutrinárias. Para eles, hoje não há uma classe trabalhadora una e explorada. Há simplesmente problemas concretos que é necessário resolver."

Conforme observado antes por Zizek e apurado diretamente nas reuniões do fórum econômico de Davos por Andy Robinson, este pragmatismo revela a manipulação que o capital financeiro promove contra os povos do mundo, disfarçada sob um véu de bondade humanitária, mediante a afirmação de que "o mercado e a responsabilidade social não são aqui termos que se opo-

nham" (Zizek). Porém, em sua lógica do Estado mínimo, busca impor uma espécie

de governo global, controlado exclusivamente pelo grupo dos um por cento mais ricos do mundo.

Para a imposição desta lógica, o capital, com seu poderio financeiro, sequestrou para si a política e, em vários lugares do mundo, estabelece e patrocina os agentes locais que atuam para a defesa dos seus negócios.

Assim, não prevalece mais, nos dias de hoje, a disputa de Estados contra Estados, pelo controle de riquezas materiais e culturais, em favor dos capitais locais, como apontado nas teorias clássicas do imperialismo, de Rosa Luxemburgo e Lenin.

O quadro tornou-se mais grave em razão da crescente concentração de capitais, que, na prática, faz com que a maioria dos governos e suas respectivas burocracias trabalhem não mais para seus povos, mas para os bancos e financistas, que não têm pátria nem alma.

A partir de Davos ou de qualquer outro recanto do mundo, este contingente de menos de 1% controla todas as pessoas e riquezas do planeta e tem a seu serviço forças militares (como as da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN), pagas com recursos da arrecadação de tributos dos 99%, usadas para reprimir e intimidar outros povos; enfim, não apenas mandam e desmandam, como o fazem usando os recursos suportados pelo trabalho da sociedade.

Com efeito, trabalhar para resgatar a soberania nacional passa a ser um desafio, nesta luta sem trégua pela qual os financistas tentam retirar dos povos a sua autodeterminação e dignidade.

Mais de noventa e nove por cento da população mundial, em vários países, tornou-se refém do mercado financeiro, num processo de servidão perversa em que se imagina haver liberdade, mas onde não há condições para o

ser humano conseguir suprir suas necessidades básicas.

Os governos que resistem às imposições do mercado são postos sob ameaça de ataques, bloqueios ou impedimentos, a exemplo do que ocorreu entre 2013 e meados de 2016 no Brasil, e ocorre atualmente nos Estados Unidos da América do Norte, por conflitarem com os interesses da ordem financeira internacional; e outros governos, em países como Turquia, Irã, Rússia e China, lutam para manter a defesa dos interesses nacionais.

Como registrado por Micklethwait na Revista The Economist/ Carta Capital, em dezembro de 2014, "os pobres na China progrediram mais rapidamente que seus pares na democrática Índia", o que pode demonstrar a opção do governo chinês de trabalhar para a soberania de seu povo. Mas os agentes do capital financeiro internacional trabalham para confundir a cabeça das pessoas, alegando que os chineses são "capitalistas predatórios" que querem tomar o mundo.

Trabalhar pela soberania é o oposto do que se faz hoje, no Brasil do desgoverno Temer, representado na figura do ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, ex-presidente do Bank Boston, comprado pelo mesmo Itaú que também comprou o Citibank.

A entidade a que chamamos mercado age em benefício de apenas um por cento da população mundial, os mais ricos do mundo, para que possam tornar-se cada vez mais ricos.

Para alcançar seus objetivos, o mercado sequestra as nações e, por intermédio das grandes empresas de comunicação, manipula a informação e impõe crises econômicas que possibilitam, principalmente, o incremento do discurso dos fascistas, travestidos de nacionalistas, que buscam cooptar o "homem massa", que vaga sem esperança neste mundo do desemprego e da exploração.



Folena durante sua participação no III Simpósio SOS Brasil Soberano, em BH

Privatização total do setor elétrico vai trazer tarifaço

As alterações no setor darão fim à energia como bem público

Fonte: CUT

O Ministério de Minas e Energia emitiu a Nota Técnica nº 5/2017, propondo alterações das normas que regem o setor elétrico brasileiro, com o objetivo declarado de “aprimoramento do marco legal” desse setor. Esse “aprimoramento”, porém, pode levar a uma mudança radical, de orientação ultraliberal, do funcionamento do sistema elétrico do país como um todo. “O centro desse novo modelo é o conceito de que a energia elétrica é uma mercadoria, uma commodity, que pode ser vendida e comprada em um mercado livre de energia elétrica”, diz o engenheiro Ronaldo Custódio, ex-diretor técnico da Eletrosul, idealizador do Atlas Eólico do Rio Grande do Sul

e professor no curso de especialização em Energias Renováveis da PUC-RS. Para os consumidores, uma das principais consequências dessa mudança pode ser um aumento de até 6 vezes no preço pago hoje pela energia.

As mudanças propostas na Nota Técnica, assinala Custódio, abandonam o conceito de energia elétrica como serviço e bem público e alteram o atual modelo, implantado pela lei 10.848/2004 e estruturado em torno de três eixos: universalização, modicidade tarifária e garantia de suprimento. “Neste modelo, a energia elétrica é um bem público regulado, não existindo liberdade total de compra e venda. Até existe um mercado livre de energia, mas, majoritariamente, o modelo é regulado, com preços definidos pelo

setor público. As medidas previstas na nota técnica objetivam a ampliação e consolidação do mercado livre. Será possível, entre outras coisas, especular com o preço e a oferta da energia. Esse novo modelo proposto coloca em risco a segurança energética do país”, alerta o engenheiro que trabalha no setor elétrico há 30 anos.

As propostas de “aprimoramento do marco legal” propõem a criação de um ambiente especulativo para o comércio de energia, com a formação de uma bolsa de energia, com total liberdade de definição de preços pelos agentes operadores. Isso significa, observa ainda Ronaldo Custódio, que a operação do sistema elétrico passará a se dar pela cotação de mercado e não mais pelo custo, o que permitirá que a

especulação de preço afete a operação de todo sistema energético.

“Uma coisa é você especular com a venda de uma mercadoria qualquer, como o sabonete, por exemplo. Como é que você consegue minimizar o preço de um produto no mercado capitalista? Tendo equilíbrio entre oferta e demanda. Se eu tiver muita oferta, o preço cai. No setor da energia, isso é um perigo, pois esse equilíbrio implica o que alguns economistas chamam de escassez relativa. Você consegue o preço máximo quando há um princípio de escassez, sem ainda faltar o produto, mas no limite disso acontecer. Nesta situação, você tem o ganho máximo com aquele produto. Mas uma coisa é faltar sabonete no mercado, outra, bem diferente, é faltar energia”.

Preço ao consumidor aumentará de 5 a 6 vezes

O mercado, lembra o engenheiro, tentou implantar esse modelo na década de 90, mas esse processo foi interrompido pelo governo Lula. “Lula não rompeu com os contratos existentes, mas reestruturou todo o setor, mantendo um mercado livre pequeno, sem perder de vista o fundamento de que a energia é um bem e um serviço público que, portanto, precisa ser regulado pelo Estado. Segundo esse novo modelo, proposto na Nota Téc-

nica, o mercado é que passaria a regular tudo e a estimular a especulação por meio da criação de uma bolsa de energia. Neste conceito, está embutida ainda a proposta de privatização de todas as empresas públicas do setor e também das usinas que tiveram suas concessões renovadas há pouco tempo. A ideia é vender e dar liberdade de definição de preço para os novos donos das usinas, o que pode aumentar de 5 a 6 vezes o preço pago hoje pelo

consumidor. Esse preço, que hoje é da ordem de 40 megawatt-hora, poderá passar para algo entre 200 e 250 megawatt-hora. Quem vai ganhar com isso? O dono da usina. Quem pagará? O consumidor de energia”.

A nota técnica foi colocada em audiência pública que recebeu contribuições até o dia 17 de agosto. A partir dessa audiência será elaborada uma proposta ao Congresso Nacional, provavelmente por meio de uma Medida

Provisória, prevê Custódio. “A ideia é estimular a participação de movimentos sociais e da população em geral nesta audiência pública que até prevê pouco tempo de debate pela profundidade da mudança. Quem está participando desse debate hoje são, basicamente, empresas do mercado de energia. Mas as alterações propostas vão além do mercado de energia, interessando diretamente a sociedade como um todo”.



Senge-RJ

SINDICATO DOS ENGENHEIROS
NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 277 - grupos 801 - 8º and. e 1.703 - 17º and.
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20040-009
Tel: (0 XX 21) 3505-0707
Endereço: www.sengerj.org.br
Correio eletrônico: secretaria@sengerj2.org.br
comunicacao@sengerj2.org.br